Artigo 3.º

O montante fixado para o ano económico de 2019 pode ser acrescido do saldo apurado no ano anterior.

Artigo 4.º

O encargo financeiro resultante da execução da presente portaria será satisfeito por conta das verbas inscritas ou a inscrever no orçamento da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT).

Artigo 5.º

A presente portaria produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

6 de novembro de 2018. — O Ministro do Ambiente e da Transição Energética, *João Pedro Soeiro de Matos Fernandes.* — 5 de novembro de 2018. — O Secretário de Estado do Orçamento, *João Rodrigo Reis Carvalho Leão*.

311792161

FINANÇAS, AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL E MAR

Gabinetes da Ministra do Mar e dos Secretários de Estado do Orçamento e da Agricultura e Alimentação

Despacho n.º 10715/2018

A Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAPLVT) propôs-se proceder à abertura de um procedimento para aquisição de serviços de comunicações móveis terrestres de voz e dados, a decorrer nos termos do artigo 112.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

A DRAPLVT estima que os encargos orçamentais globais decorrentes deste contrato, de aquisição de serviços de comunicações móveis terrestres de voz e dados, serão de 30.000,00 euros, com IVA incluído, encargos esses a repartir pelos anos económicos de 2018, 2019 e 2020.

Uma vez que a DRAPLVT apresenta pagamentos em atraso, para efeitos do n.º 1 do Despacho n.º 2555/2016, do Ministro das Finanças, publicado no *Diário da República* n.º 35/2016, 2.ª série, de 19 de fevereiro, torna-se assim necessária a autorização da assunção prévia destes encargos através do presente despacho conjunto, nos termos do estabelecido no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na redação atual.

Δ ccim·

Nos termos do n.º 2 do artigo 11.º conjugado com o n.º 8 do mesmo artigo do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na redação atual, da alínea b) do n.º 3 do artigo 27.º e da alínea b) do n.º 4 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro, na redação atual, da alínea d) do ponto 3 do Despacho n.º 7316/2017, publicado no Diário da República n.º 160/2017, 2.º série, de 21 de agosto, da subalínea iii) da alínea a) do ponto 3 do Despacho n.º 5564/2017, publicado no Diário da República n.º 121/2017, 2.º série, de 26 de junho, manda o Governo, pela Ministra do Mar, pelo Secretário de Estado do Orçamento e pelo Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação, o seguinte:

1 — Fica autorizada a DRAPLVT a assumir os encargos orçamentais decorrentes da aquisição de serviços de comunicações móveis terrestres de voz e dados, que não podem exceder os seguintes montantes globais:

	2018	2019	2020
Valor S/IVA	6.097,56	12.195,12	6.097,56
	7.500,00	15.000,00	7.500,00

2 — Os encargos financeiros serão satisfeitos, em 2018, pela verba inscrita na proposta de orçamento da DRAPLVT, nas classificações económicas 02.02.09.D0 e 02.02.09.C0 e, por conta de verbas a inscrever nos orçamentos dos anos seguintes, tendo a informação prévia de cabimento.

5 de novembro de 2018. — A Ministra do Mar, *Ana Paula Mendes Vitorino.* — 6 de novembro de 2018. — O Secretário de Estado do Orçamento, *João Rodrigo Reis Carvalho Leão.* — 6 de novembro de 2018. — O Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação, *Luís Medeiros Vieira*.

DEFESA NACIONAL

Exército

Comando do Pessoal

Despacho n.º 10716/2018

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o MGen COG NIM 03033681 Tiago Maria Ramos Chaves de Almeida e Vasconcelos, transite para a situação de reserva nos termos do n.º 3 do artigo 158.º do Decreto-Lei n.º 236/99 de 25 de junho, conjugado com o n.º 7 do artigo 9.º aprovado pelo Decreto-Lei n.º 90/2015 de 29 de maio, devendo ser considerado nesta situação desde 19 de janeiro de 2017.

Por delegação do Chefe de Estado-Maior do Exército, o Comandante do Pessoal do Exército;

31 de outubro de 2018. — O Tenente-General Ajudante-General do Exército, *José António da Fonseca e Sousa*, tenente-general.

311789773

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Secretaria-Geral

Aviso n.º 16799/2018

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência do procedimento concursal aberto através do Aviso n.º 7232/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 103, de 29 de maio de 2018, para preenchimento de 2 postos de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior, do mapa de pessoal da Secretaria-Geral da Administração Interna, na área de competências da Divisão de Projetos Financeiros da Direção de Serviços de Gestão Orçamental e Financeira, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com período experimental de 180 dias, com efeitos a 1 de novembro de 2018, com a seguinte trabalhadora:

Nome	Posição remuneratória	Nível remuneratório
Ana Margarida Sineiro dos Reis Correia	2.ª	15.°

5 de novembro de 2018. — O Secretário-Geral, *Carlos Palma*. 311787942

JUSTIÇA

Gabinete da Secretária de Estado da Justiça

Despacho n.º 10717/2018

O artigo 52.º do Estatuto do Notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de fevereiro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 155/2015, de 15 de setembro, prevê o funcionamento no âmbito do Ministério da Justiça do Conselho do Notariado, composto pelo Bastonário da Ordem dos Notários, pelo Presidente do Conselho Diretivo do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., por um elemento designado pelo Ministro da Justiça, por um notário indicado pelo Ordem dos Notários e por um jurista de reconhecido mérito, cooptado pelos anteriores.

Nos termos do n.º 3 do mesmo preceito legal, o Presidente do Conselho do Notariado é designado pelo Ministro da Justiça.

Assim, nos termos do disposto no artigo 52.º do Estatuto do Notariado e da delegação de competências da Senhora Ministra da Justiça realizada através do Despacho n.º 977/2016, de 20 de janeiro, e do Despacho n.º 6856/2016, de 24 de maio, determino:

1 — O Conselho do Notariado tem a seguinte composição:

a) António Jorge dos Santos Batista da Silva, Bastonário da Ordem dos Notários;

b) Filomena Sofia Gaspar Rosa, Presidente do Conselho Diretivo do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.:

- c) Tiago dos Santos Serrão, designado pela Secretária de Estado da Justiça;
 - d) Alex Jan Himmel, indicado pela Ordem dos Notários.
- 2 Designo para o exercício de funções de Presidente do Conselho do Notariado, Filomena Sofia Gaspar Rosa, Presidente do Conselho Diretivo do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.
- 3 É revogado o Despacho n.º 815/2018, de 11 de janeiro de 2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 14, de 19 de janeiro de 2018

9 de novembro de 2018. — A Secretária de Estado da Justiça, *Anabela Damásio Caetano Pedroso*.

311807851

Direção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extrato) n.º 10718/2018

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por despacho do Senhor Subdiretor-Geral da Administração da Justiça de 9 de novembro de 2018, por delegação:

Maria Luísa Cunha Moreira, Escrivã Auxiliar do mapa de pessoal do Núcleo de Portimão, da Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Faro — autorizada a permuta para idêntico lugar de Escrivão Auxiliar do mapa de pessoal do Núcleo do Porto, da Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca do Porto.

Ricardo Jorge da Silva Viana, Escrivão Auxiliar do mapa de pessoal do Núcleo do Porto, da Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca do Porto — autorizada a permuta, para idêntico lugar de Escrivão Auxiliar do mapa de pessoal do Núcleo de Portimão, da Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Faro.

Prazo para início de funções: 2 dias.

9 de novembro de 2018. — O Diretor de Serviços, *Lourenço Torres*. 311807462

ADJUNTO E ECONOMIA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 10719/2018

- 1 Ao abrigo do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo Pedro Maurício Metelo Nunes dos Reis para exercer as funções de chefe do meu Gabinete.
- 2 Para efeitos do disposto na alínea *a*) do artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.
- 3 Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a partir desde 15 de outubro de 2018.
- 4 Conforme disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decretolei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

19 de outubro de 2018. — O Ministro Adjunto e da Economia, *Pedro Gramaxo de Carvalho Siza Vieira*.

ANEXO

Nota curricular

Pedro Maurício Metelo Nunes dos Reis, nascido em 13 de fevereiro de 1959, em Angola.

Antigo 7.º ano dos liceus. Assessor de imprensa do secretário-geral do PS (1983-1986); assessor para os assuntos regionais e locais da Casa Civil do Presidente da República (1986-1991 e 199-1996), responsável pela ligação às regiões autónomas e às autarquias e pela coordenação das deslocações do Presidente; assessor para os assuntos políticos, regionais e locais da Casa Civil do Presidente da República (1996-2001 e 200-2004), responsável pela ligação às regiões autónomas e às autarquias e pela coordenação das deslocações do Presidente; integrou a equipa de coordenação das deslocações do Chefe do Estado às Cerimónias da transferência de soberania de Macau, em 1999, e a equipa de coordenação da primeira deslocação do Presidente português a Timor-Leste, em 2000.

Coordenação das Cerimónias Oficiais do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, de 1989 a 1996. Vogal da Comissão Organizadora das Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas (1996-2000).

Consultor de várias empresas portuguesas e angolanas, nas áreas da cartografia, sistemas de informação geográfica, planeamento urbano, gestão territorial, oceanografia e internacionalização (200-2016). Chefe do Gabinete do Secretário de Estado da Internacionalização, no Ministério dos Negócios Estrangeiros (04.2016 a 06.2017). Condecorado com o grau de Grande Oficial da Ordem Nacional do Mérito pelo Presidente da República de Portugal, Dr. Mário Soares, em 1996, e com o grau de Grande Oficial da Ordem Nacional do Infante D. Henrique, pelo Presidente da República de Portugal, Dr. Jorge Sampaio, em 2004.

Desde outubro de 2017 até outubro de 2018 exerceu as funções de Chefe do Gabinete no Gabinete do Ministro Adjunto.

311816437

Despacho n.º 10720/2018

- 1 Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de adjunto do meu gabinete o licenciado Gonçalo Maria Faria Luís Navarro Hogan.
- 2 Para efeitos do disposto na alínea a) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.
- 3 Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei o presente despacho produz efeitos desde 15 de outubro de 2018.
- 4 Conforme disposto nos artigos 12.º e 18.º do já citado decreto-lei publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

19 de outubro de 2018. — O Ministro Adjunto e da Economia, *Pedro Gramaxo de Carvalho Siza Vieira*.

ANEXO

Nota Curricular

1 — Dados pessoais:

Nome — Gonçalo Maria Faria Luís Navarro Hogan.

Nacionalidade — Portuguesa.

Data de nascimento — 7 de setembro de 1990.

2 — Habilitações académicas:

Mestrado em Direito Europeu — Faculdade de Direito da Universidade de Leiden (2014);

Pós-Graduação em Direito Intelectual — Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2012);

Licenciatura em Direito — Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (2013).

3 — Experiência profissional:

Desde 13 de novembro de 2017 a 15 de outubro de 2018 exerceu as funções de Adjunto no Gabinete do Ministro Adjunto.

Desde setembro de 2014 até novembro de 2017 foi advogado na sociedade de advogados Linklaters LLP.

311816615

Despacho n.º 10721/2018

- 1 Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º e no n.º 7 do artigo 4.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de motorista do meu Gabinete, Cláudio Renato Bidarra Caldas, da carreira e categoria de Assistente Operacional da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- 2 Para efeitos do disposto na alínea *a*) do artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a partir de 15 de outubro de 2018.
- 3 Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

19 de outubro de 2018. — O Ministro Adjunto e da Economia, *Pedro Gramaxo de Carvalho Siza Vieira*.